

Teste intermedio 11º ano  
Filosofia  
10º/11º

**Pedro CC**

*Baseado noutros resumos disponíveis em [resumos.net](http://resumos.net)*

## Éticas Consequencialistas

Designamos por éticas consequencialistas todas as teorias morais segundo as quais as ações são corretas ou incorretas em virtude das suas **CONSEQUÊNCIAS**.

O utilitarismo é a forma mais conhecida de consequencialismo.

### A perspectiva de Stuart Mill (1806-1873) – utilitarismo

O utilitarismo é uma ética **hedonista**. (hedonista - é uma teoria filosófico-moral que afirma ser o prazer o supremo bem da vida humana)

- O correto consiste em **maximizar o bem**. O bem é o **prazer**.
- O fundamento da moral utilitarista é o **princípio da maior felicidade**.

As ações são corretas se tendem a promover a maior felicidade global e incorretas se tendem a gerar o contrário.

Ao ponderarmos a maior soma de felicidade global, a felicidade de cada pessoa é contabilizada como igualmente importante.

Os prazeres variam em quantidade e em grau: há **prazeres superiores** (prazeres do espírito) e **prazeres inferiores** (prazeres do corpo).

Um prazer superior é sempre preferível a um prazer inferior.

Para o utilitarismo qualquer sacrifício individual que não aumente a quantidade total de felicidade é inútil.

## Éticas Deontológicas

São designadas por éticas deontológicas («deve») - todas as teorias morais - segundo as quais, certas ações, devem ou não devem, ser realizadas - independentemente das consequências. (O que interessa é o que está na base da ação).

São, portanto, éticas centradas na noção de **DEVER**.

A perspectiva de Kant (1724-1804)

Só a **boa vontade** é boa em si mesma.

Uma boa vontade é uma vontade que age por **dever**. A **ação por dever** é a ação praticada por puro respeito à lei moral.

Kant distingue ação por dever (**ação moral**) de ação conforme ao dever (**ação legal**).

O que determina a moralidade da ação não é o propósito a atingir, mas o querer que a origina.

A razão prática não é santa: atua segundo imperativos.

A ética kantiana é **formal** e centrada na **autonomia** da vontade.

A ética kantiana opõe-se às éticas **materiais** e **heterónomas**.

Os imperativos podem ser de duas naturezas distintas: imperativos hipotéticos e imperativos categóricos

**imperativo hipotético**: cumprimento do dever é uma ordem condicionada pelo que de satisfatório ou proveitoso pode resultar do seu cumprimento. (RESULTADO)

As ações que nele se baseiam são ações conformes ao dever, feitas a pensar nas consequências ou resultados de fazer o que é devido.

O imperativo hipotético é **particular e contingente**.

O **imperativo categórico** prescreve que uma ação é boa se for realizada por puro respeito à representação da lei em si mesma. (INTENÇÃO)

Imperativo categórico: *Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.*

O imperativo categórico é o único critério válido que devemos seguir para decidir se um acto é ou não moralmente permissível.

O imperativo categórico é **universal** e **necessário**.

## 1. Argumentação e Lógica Formal

- **Distinção validade – verdade**

**Lógica** – disciplina que estuda a validade do pensamento discursivo e dos argumentos, estuda os princípios gerais que estão na base do nosso pensamento.

A lógica é um instrumento importante para estruturar o nosso pensamento. Estuda os argumentos sob o seu aspeto formal.

Assenta em 3 princípios:

- **Princípios lógicos do pensamento**
- **Princípio da identidade** – “Uma coisa é o que é” Ex: ~~laranja = pera~~ | Pera = Pera
- **Princípio da não contradição** – “uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, segundo uma mesma relação” Ex: camaleão verde | camaleão castanho
- **Princípio do terceiro excluído** – “uma coisa deve ser ou então não ser, não há uma terceira possibilidade” Ex: está frio. | Não está frio. | Não há outra hipótese.

### Elementos estruturante dos argumentos

- **Conceitos** – expressos por termos. (Rosa, flor, planta...)
- **Juízos** – expressos por proposições. (A rosa é uma flor; as flores são plantas)
- **Raciócinios** – expressos por argumentos. (As flores são plantas; a rosa é uma flor; logo, a rosa é uma planta)

### Conceitos – termos

O conceito é a representação mental das características essenciais de um objeto e é expresso por um termo.

Existem dois tipos de conceitos:

- **Conceitos empíricos** – os conceitos e termos reportam-se diretamente a realidades concretas.
- **Conceitos puros** – onde a ligação ao concreto é remota.

### Compreensão e extensão dos conceitos

**conjunto de notas caracterizadoras que o definem.**

- O conceito de homem tem como notas caracterizadoras as ideais de *animal* e de *racional*.

**aplica-se a um número mais ou menos extenso de objetos.**

- O conceito de vegetal (alimento) aplica-se a cenouras, cogumelos, alface, etc.

A compreensão e extensão de um conceito variam na razão inversa, quanto maior a compreensão menor a sua extensão e vice-versa.

**+ Extensão / - Compreensão:**

Ser humano - homem - desportista - futebolista - goleador - Cristiano Ronaldo

**- Extensão / + Compreensão**

### Juízos – Proposições

Os juízos são expressos por proposições que podem ser verdadeiras ou falsas.

- *O que distingue enunciados que não são proposições daqueles que são, é que as proposições afirmam ou negam, portanto são suscetíveis de serem verdadeiros ou falsos.* Estabelecem relações entre termos.
- Numa proposição há sempre um termo que desempenha a função de **sujeito** da proposição e um outro que desempenha a função de **predicado**.

### Qualidade e quantidade das proposições

As proposições diferem entre si pela quantidade e qualidade.

- **Quantidade** – particulares ou universais.
- **Qualidade** – afirmativas ou negativas.

Nas proposições universais, o termo que exerce a função de sujeito está em sentido universal; nas proposições particulares o termo que exerce a função de sujeito está em sentido particular.

As letras A E I O designam a quantidade e qualidade das proposições.

- A – proposição universal afirmativa
- I – proposição particular afirmativa
- E – proposição universal negativa
- O – proposição particular negativa

Mnemónica

Afirmo / negO

- **O que distingue um argumento de um não argumento:**

Um argumento tem sempre uma conclusão, isto é, uma proposição que é suportada por outra ou outras proposições - premissas – que constituem a favor da conclusão. Entre as proposições que constituem os argumentos existe um nexo de implicação lógica, isto é, umas proposições conduzem a outra que delas deriva logicamente, caso contrário não estamos na presença de um argumento.

## Relação entre validade e verdade

Em relação aos argumentos não se aplica o conceito de verdade: os argumentos não são verdadeiros ou falsos como as proposições, são antes válidos ou não válidos.

- Um argumento pode ser válido e as proposições que o constituem podem ser falsas, e pode ser não válido e as proposições que o constituem serem verdadeiras
- Um argumento pode ter premissas verdadeiras e a conclusão verdadeira e todavia não ser válido, tal acontece se não existir nexo de implicação lógica entre a premissa e a conclusão.
- Pode ainda existir um argumento constituído por uma primeira premissa condicional, em que se apresenta uma condição e um condicionado, uma segunda premissa verdadeira e uma conclusão que á partida não sabemos se é verdadeira ou falsa, mas podemos decidir se ela se segue ou não.
- Já o seguinte argumento é válido.

O João afirmou que, se ganhasse a lotaria, faria uma viagem á volta do mundo;

O João não fez uma viagem à volta do mundo;

Logo, o João não ganhou a lotaria.

Neste caso, a conclusão decorre da admissão das premissas, há um nexo de implicação lógica entre as premissas e a conclusão, portanto o argumento é válido.

Assim, podemos concluir que a validade de um argumento:

- Não depende da verdade ou da falsidade das proposições que o constituem.
- Depende da forma como as premissas se relacionam com a conclusão.

Se as premissas forem verdadeiras, a conclusão será necessariamente verdadeira.

## Tipos de argumentos

A lógica formal só aborda os argumentos dedutivos, visto que são os únicos suscetíveis de validade formal

### Argumento dedutivo

Um argumento dedutivo geralmente parte de uma verdade universal para uma particular. Uma vez que nós admitimos como verdadeira as premissas teremos que admitir a conclusão como verdadeira, pois a conclusão decorre necessariamente das premissas.

### Argumento indutivo

Na indução, a relação entre as premissas e a conclusão não é uma relação de implicação lógica mas somente de suporte, O facto de as premissas serem verdadeiras não obriga a que a conclusão seja necessariamente verdadeira. A indução não possui validade formal porque, da parte conhecida não podemos concluir para o desconhecido.

Um argumento indutivo parte de uma verdade particular para chegar a uma universal.

A indução por generalização – Todos os corpos observados até hoje são pretos, logo todos os corpos são pretos. Para que a generalização seja válida tem de obedecer ás seguinte regras:

1. Os dados em que se baseia têm de ser representativos.
2. Não pode haver contraexemplos.

Ex: Os portugueses vão regularmente ao cinema porque os meus amigos vão regularmente ao cinema.

O exemplo é uma generalização precipitada porque os meus amigos não são uma representação significativa da população portuguesa.

A indução por previsão – numa previsão, as premissas baseiam-se no passado e a conclusão é um caso particular não observado. Ex: Todos os corpos observados até hoje são pretos, logo o próximo corpo a ser observado será preto.

### Argumento por analogia

comparação entre dois objetos ou situações.

Analogia rigorosa – é uma analogia do tipo matemático porque exprime uma igualdade e a sua conclusão é inquestionável.

Analogia não rigorosa – é a analogia que produz uma conclusão provável, baseada numa equivalência parcial. Ex: o 1º ministro é semelhante a um treinador, ora o treinador dispõe uma grande autoridade sobre a equipa de futebol, logo o 1º ministro dispõe de uma grande autoridade sobre os membros do governo.

Analogia falsa – é a analogia que nos leva a uma falsa conclusão. Ex: o mundo é como uma casa, todas as casas tem um arquiteto, logo o mundo tem um arquiteto.

**Argumento de Autoridade:** é um argumento baseado na opinião de um especialista. São fundamentais para a progressão do conhecimento, nomeadamente para a Ciência.

Regras a ter em conta para que o argumento de autoridade possa ser considerado um bom argumento:

- O especialista invocado deve ser muito bom no assunto em causa;

- Não haver discordâncias significativas entre os especialistas quanto à matéria

em discussão;

- Não haver outros argumentos mais fortes ou de força igual a favor da conclusão contrária;

- Os especialistas não terem interesses pessoais na afirmação em causa.

### Quantificação do predicado das proposições

Um termo pode estar tomado em toda a sua extensão ou só em parte da sua extensão, no primeiro caso dizemos que está distribuído, no segundo dizemos que não está distribuído.

Consideremos as seguintes proposições:

| PROPOSIÇÕES | EXTENSÃO DO SUJEITO | EXTENSÃO DO PREDICADO |
|-------------|---------------------|-----------------------|
| A           | Distribuído         | Não distribuído       |
| I           | Não distribuído     | Não distribuído       |
| E           | Distribuído         | Distribuído           |
| O           | Não distribuído     | Distribuído           |

Regras da quantificação do predicado:

- Proposições afirmativas – o predicado está em sentido particular.
- Proposições negativas – o predicado está em sentido universal.

### Estrutura do silogismo

Num silogismo aparecem três termos diferentes:

- Termo maior – T – não se repete nas duas premissas, aparece na primeira premissa (premissa maior).
- Termo médio – M – repete-se nas duas premissas, e não aparece na conclusão.
- Termo menor – t – não se repete nas duas premissas, aparece na segunda premissa (premissa menor).

O termo maior é o predicado da conclusão, o termo menor exerce a função de sujeito na conclusão.

### Princípios do silogismo

**O princípio da compreensão** – defende que se duas coisas são idênticas a uma terceira, então são idênticas entre si; e ainda que, se de duas coisas, uma é idêntica a uma terceira e a outra não é, então elas não são idênticas entre si. Este princípio garante que pensemos com coerência.

**O princípio da extensão** – defende se tudo é, então parte também é. Este princípio garante que evitemos uma contradição.

### Regras dos silogismos

1. Um silogismo só pode conter três termos diferentes
2. O termo médio não pode entrar na conclusão
3. O termo médio tem de estar, pelo menos, numa das premissas, tomado em toda a sua extensão.
4. Nenhum termo pode ter mais extensão na conclusão do que tem nas premissas
5. De duas premissas afirmativas não se pode inferir uma conclusão negativa
6. Se uma das premissas for particular, a conclusão tem de ser particular.
7. De duas premissas negativas nada se pode concluir.
8. Nenhum silogismo pode ser constituído por duas premissas particulares.

### Modos e figuras dos silogismos

| 1ª Figura | 2ª Figura | 3ª Figura | 4ª Figura |
|-----------|-----------|-----------|-----------|
| M -----T  | T ----- M | M -----T  | T -----M  |
| t-----M   | t -----M  | M -----t  | M -----t  |
| t -----T  | t -----T  | t -----T  | t -----T  |

### Silogismos da primeira figura

- A primeira premissa tem de ser sempre universal.

### Silogismos da segunda figura

- Uma das premissas tem de ser negativa
- A primeira premissa tem de ser universal

**Silogismos da terceira figura** A segunda premissa tem de ser sempre afirmativa.

- A conclusão tem de ser sempre particular.

### Silogismos da quarta figura

- Se a premissa maior for afirmativa, a premissa menor tem de ser universal
- Se a premissa menor for afirmativa, a conclusão tem de ser particular.

## Tipos de silogismos

- **Silogismos categóricos:**
  - **Irregulares:** entimema, epiquerema, polissilogismo, sorites.
  - Regulares

**Entimema** – é o silogismo constituído em que uma ou até duas premissas está ou estão subentendidas. (“Os golfinhos não são peixes porque não respiram por guelras.” Falta a primeira premissa a este argumento: “Os peixes respiram por guelras”).

**Epiquerema** – é o silogismo em que uma ou duas premissas são acompanhadas das suas provas.

**Polissilogismo** – é o raciocínio constituído por dois ou mais silogismos categóricos simples relacionados de tal maneira que a conclusão de um passa a ser premissa do outro.

**Sorites** – é o silogismo que tem pelo menos quatro proposições com os termos convenientemente ligados.

## Principais falácias

- **Falácias formais** – erros de raciocínio derivados do incumprimento das regras lógicas. Dizem respeito unicamente à forma como o argumento foi construído.
- **Falácias informais** – erros derivados do conteúdo do argumento. Dizem respeito à sua relação com a realidade e ao contexto em que se inserem.

## Falácias formais do silogismo

**Falácia do termo médio não distribuído** - resulta de o termo médio não estar tomado em toda a sua extensão

**lícita maior**-quando o termo maior (T) está distribuído na conclusão e não está distribuído na premissa.

**lícita menor** -quando o termo menor (t) está distribuído na conclusão e não se encontra distribuído nas premissas.

## Falácias informais

**Falácia ad consequentiam(bola de neve)** – não se deve contemporizar com a **mínima infração** à lei porque leva à aceitação de qualquer tipo de infração.

**Falácia ad hominem (ataque pessoal)** – procura desacreditar o proponente do argumento.

Há três formas maiores da falácia ad hominem:

- **Ad hominem (abusivo):** em vez de atacar uma afirmação, o argumento ataca pessoa que a proferiu. Ex.: Podes dizer que Deus não existe mas estás apenas a seguir a moda.
- **Ad hominem (circunstancial):** circunstâncias em que a pessoa a fez. Ex. É natural que o ministro diga que essa política fiscal é boa porque ele não será atingido por ela.
- **Tu quoque:** a pessoa não pratica o que diz. Ex. Dizes que eu não devo beber, mas não estás sóbrio faz mais de um ano.

**Falácia Post hoc ergo propter hoc (falsa causa)** - Um autor comete a falácia quando pressupõe que, por uma coisa se seguir a outra, então aquela teve de ser causada por esta.. Ex: no dia do acidente aéreo, a pista estava escorregadia, logo, essa foi a causa do acidente.

**Petição de princípio** – estabelece-se uma conclusão a partir de uma premissa que não se provou. Nos casos mais subtis, a premissa é uma consequência da conclusão. Ex: sabemos que Jesus é filho de Deus, porque ele o disse, e o filho de Deus não pode mentir. Mostre que para acreditarmos nas premissas já teríamos de aceitar a conclusão.

**Falso dilema** – apresenta-se a situação como se ela só contivesse duas soluções possíveis. Ex: ele é meu inimigo, pois quem não está comigo está contra mim. (Há mais que 2 opções)

**Falácia do espantinho** – O argumentador, em vez de atacar o melhor argumento do seu opositor, ataca um argumento diferente, mais fraco ou tendenciosamente interpretado. Ex.: As pessoas que querem legalizar o aborto, querem prevenção irresponsável da gravidez. Mas nós queremos uma sexualidade responsável. Logo, o aborto não deve ser legalizado.

**Falácia ad ignorantiam (apelo à ignorância)** – é cometida sempre que uma proposição é tida como verdadeira só porque não se pode provar a sua inexistência. Ex: nunca ninguém provou que há ET's, logo não há ET's.

## 2. Argumentação e retórica

- **O domínio do discurso argumentativo – a procura de adesão do auditório**

Quando argumentamos procuramos defender os pontos de vista e opiniões que adotamos, pretendendo persuadir os outros da justeza das nossas posições.

## Argumentação e demonstração

No discurso lógico-demonstrativo impera o rigor, não há lugar para a discussão e controvérsia: uma vez admitidas as premissas e estabelecidas corretas implicações lógicas, as conclusões impõe-se como necessárias e universais.

Por outro lado, o discurso argumentativo ocorre quando os assuntos abordados são controversos e suscitam polémica.

Procura encontrar a opinião que parece ser a mais razoável porque melhor fundamentada e tenta persuadir os outros de que essa é realmente a opinião mais correta.

|                                | DEMONSTRAÇÃO   | ARGUMENTAÇÃO  |
|--------------------------------|--|---|
| Relação premissas / conclusão  | A conclusão percorre necessariamente das premissas.                          | As premissas apenas suportam a conclusão.   |
| Natureza da prova              | É impessoal, a sua aceitação não depende das pessoas.                        | A aceitação da prova depende do auditório e da sua adesão   |
| Relação c/auditório e contexto | É isolada e independente do contexto.  | Depende do auditório, das reações do auditório e é sempre situada num determinado contexto.   |
| Valor da verdade da conclusão  | Se as premissas forem verdadeiras, a conclusão é necessariamente verdadeira. | Teses de sentido contrário não implicam necessariamente a falsidade de uma delas. A conclusão é verdadeira se as premissas forem verdadeiras. |
| Linguagem utilizada            | Rigorosa, simbólica, sentido unívoco, sem possibilidade de equívocos.        | Natural, politécnica, permitindo equívocos  |
| Domínio em que é utilizado     | Domínio das ciências exatas/ áreas científicas                               | Domínios polémicos, como ética, política, direito, jurídicos, publicidade...  |
| Relação com a retórica         | Não tem qualquer relação com a retórica.                                     | As virtualidades da retórica podem aumentar a sua força persuasiva.   |

### Argumentação e retórica

Com o discurso argumentativo pretende-se persuadir o auditório da «bondade» de uma dada tese.

Existe assim, um laço substantivo entre argumentação e retórica, entendida esta como a arte de bem falar.

**Retórica** – arte de vencer o auditório por intermédio de formas belas ou eloquentes, com intuito de tornar o discurso mais apelativo e mais facilmente admirado pelo auditório.

### Argumentação e o auditório

Aquele que argumenta, se quer ser bem-sucedido e conseguir a adesão do auditório às teses que defende, tem de ter em atenção três aspetos fundamentais:

- A sua própria pessoa enquanto orador – ethos
- O conteúdo da mensagem – logos
- O público a que se dirige (auditório) – pathos

#### O ethos

Diz respeito ao caráter do orador, que se for íntegro, honesto e responsável, se for alguém que seja um conhecido especialista na matéria, conquista mais facilmente o público.

Aspetos significativos do ethos:

- Credibilidade do orador
- Presença e imagem do orador
- Uso de retórica
- Utilização do exórdio
- Eloquência

#### O pathos

Define-se pela sensibilidade do auditório que é variável em função das características do mesmo. Visto que o objetivo do orador é persuadir, é preciso perceber, por mera intuição, o que move o auditório, a que é sensível, numa palavra como quebrar o gelo inicial. O orador tem de selecionar as estratégias adequadas para provocar nele as emoções e as paixões necessárias para suscitar a adesão e levá-lo a mudar de atitude e de comportamento.

#### O logos

É a consideração pelo conteúdo do discurso por parte do orador, se este quer que a mensagem passe. Para isso tem de apresentar claramente a tese que vai defender, selecionar bem os argumentos que fundamentam a tese.

### A emergência da retórica / Retórica e Democracia

A retórica surgiu ligada à prática judiciária e ao direito, enquanto instrumento usado nos tribunais para fazer prevalecer a causa considerada mais justa.

O novo regime político pressupunha como princípio básico e fundamental a igualdade dos cidadãos perante a lei, e como consequência, o direito de intervirem na vida política através da participação nas assembleias políticas.

Com a introdução da democracia. As capacidades oratórias e argumentativas vão ocupar um lugar dominante para convencer o auditório. Gera-se então, uma nova classe constituída por professores, cuja função era orientar o ensino das artes da palavra e a arte de persuadir (retórica). - sofistas – conjunto de pensadores que ensinavam a troco de uma remuneração, as mais variadas matérias.

A retórica não diz respeito ao aspeto ornamental do discurso e também à sua estrutura argumentativa, à procura dos melhores argumentos, pois deste modo seduzir-se-ia a audiência, e expor-se-ia melhor as razões.

E por isso a retórica subdividia-se em 2 sentidos:

- Aspeto estilístico – elegância do discurso.
- Aspeto argumentativo – capacidade de apresentar bons argumentos.

Contudo a retórica por vezes, entende-se como sentido depreciativo, pois muitas vezes é usada para fazer prevalecer a causa que não é a mais justa. Alguns sofistas gabavam-se de a poder usar para defender qualquer opinião.

### Retórica e Filosofia

Platão e Sócrates insurgiram-se contra a retórica sofisticada e extremaram o antagonismo entre a procura da verdade, que seria próprio dos filósofos, e a defesa das simples opiniões, proposta pelos sofistas.

Para Platão a retórica sofisticada não era mais que uma manipulação da palavra e dos argumentos, sem qualquer preocupação com a verdade, preocupando-se apenas com a adesão. Ele defende que para governar o país deve haver conhecimento filosófico e poder.

Os sofistas faziam um uso da retórica que não era pautado por um código ético, chegando a gabarem-se de que seriam capazes de defender uma dada tese e em seguida defender o seu oposto com argumentos igualmente fortes. Os filósofos podiam reprovar-lhes a sua falta de idoneidade moral e intelectual.

### A educação da juventude – modelos em confronto

| IDEAL EDUCATIVO – MODELOS EM CONFRONTO  |   |
|---|---|
| Sofistas  | Filósofos   |
| Ideal de vida ativa.<br>Aquisição de competências para o exercício da cidadania<br>Valorização da palavra e do discurso eloquente.<br>Valorização do prazer e do sucesso. | Ideal de vida contemplativa<br>Busca da verdade e da sabedoria<br>Valorização do conhecimento<br>Valorização das virtudes, como a temperança e a moderação. |

Inicialmente, o objetivo da educação dos jovens focava-se no desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito numa preparação para as guerras, sendo igualmente desenvolvido a coragem e o sacrifício.

Com o decorrer dos séculos, o domínio da cultura geral e das artes da linguagem e do discurso eram pontos fulcrais para a obtenção do poder.

- **Persuasão e manipulação – os dois usos da retórica**

No discurso retórico-argumentativo está sempre presente a intenção de influenciar aqueles a quem se dirige, levando-o a aderir ao ponto de vista que se considera o melhor e a adotar o comportamento que se considera preferível. E para isso recorre-se a duas estratégias:

- **Persuasão** – situação comunicacional que visa operar uma mudança no comportamento do outro. Aquele que persuade procura respeitar os legítimos direitos da pessoa. Envolve argumentos racionais e emocionais.
- **Manipulação** – é um ultrapassar de certos limites. Não há um uso da retórica mas sim um abuso dela. Ignora deliberadamente as razões e as estratégias que visam o conhecimento e aposta na sedução e sugestão. Esta atua de forma ardilosa, explorando habilmente as fraquezas das pessoas, tende a iludi-las e oculta muita informação.

| PERSUASÃO   | MANIPULAÇÃO   |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>○ Visa operar uma mudança no comportamento</li><li>○ Pretende levar em conta os legítimos interesses do outro</li><li>○ Utiliza estratégias que visam o convencimento – ênfase das razões</li><li>○ O auditório adere livremente à tese do orador</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>○ Visa operar uma mudança no comportamento</li><li>○ Não manifesta o propósito de respeitar os interesses do outro</li><li>○ Utiliza estratégias que têm por base a sedução e a sugestão – ênfase nas paixões</li><li>○ A mensagem é imposta, não havendo liberdade na adesão por parte do auditório à tese do orador</li></ul> |

### Estrutura do ato de conhecer

Conhecer diz respeito à capacidade de o sujeito organizar os dados sobre um determinado objeto, de forma a conseguir pensá-lo ou produzir juízos acerca dele. (Construir uma imagem mental do objeto)

### Análise fenomenológica do conhecimento

**Fenomenologia** – estudo descritivo dos fenómenos que aparecem à consciência do sujeito.

Para haver conhecimento tem de existir uma correlação entre o sujeito (aquele que conhece) e o objeto (aquele que se deixa conhecer). Não há conhecimento se não houver a dualidade sujeito-objeto. O objeto não depende do sujeito, daí ser-lhe transcendente. Por outro lado, a imagem desse objeto varia de sujeito para sujeito, logo é-lhe imanente.



Tem de haver uma crença que seja verdadeira, que condiga com a realidade, e justificada, mas apenas isso não é suficiente, tem também de existir uma conexão entre esses três elementos.

## Conhecimento e crença

A crença é o fator subjetivo do conhecimento e, como tal, embora necessária não é suficiente para corresponder a conhecimento.

## Conhecimento e verdade

O fato de as crenças serem verdadeiras também não corresponde necessariamente a conhecimento, pois podem ser verdadeiras por mero acaso, sem que haja justificação para a sua verdade.

## Conhecimento e justificação

Três critérios para justificar as crenças:

- **Verdade como correspondência (adequação de dizer à realidade)** – implica a adequação entre aquilo que dizemos acerca das coisas e o que elas realmente são.
- **Verdade como coerência (utilização de várias evidências conjugadas entre si)** – aplica-se quando não é possível a verificação direta para provar que uma afirmação é verdadeira.
- **Prática como critério de verdade (utilização de proposições com resultados verificados)** – permite decidir a verdade de uma proposição em função dos resultados, das consequências de que a sua aceitação se reveste.

Tipos de conhecimento:

- Saber fazer
- Saber que
- Saber por contato

## Fontes de conhecimento

- **Conhecimento a priori e conhecimento a posteriori**

### Conhecimento inferencial e conhecimento não inferencial

Conhecimento inferencial – quando conhecemos através de argumentos ou de razões.

Conhecimento não inferencial – quando conhecemos diretamente.

## Teoria do conhecimento – “Gnoseologia”

### 1- O problema da origem do conhecimento:

De onde procede, fundamentalmente, o conhecimento?

Onde reside a origem do conhecimento?

Foi esta dificuldade que dividiu todos os filósofos em duas correntes opostas: **Empirismo** e **Racionalismo** –, que o **Apriorismo** procura conciliar.

**O Empirismo** - diz-nos que o conhecimento provém da **experiência sensível** (conhecimento é "*a posteriori*").

**O Racionalismo** - pelo contrário, **valoriza sobretudo a razão**. **O Racionalismo**, não encontrando na experiência, singular e concreta, explicação para o caráter geral e abstrato do conhecimento, afirma que a **razão recebe certas ideias gerais que lhe servem para conhecer a realidade** (conhecimento é "*a priori*").

**O Apriorismo** - defende a conciliação entre o racionalismo e o empirismo, valorizando o papel da experiência e da razão, mas reconhecendo a existência no sujeito cognoscente de estruturas *a priori*, isto é, independentes da experiência, que a própria experiência pressupõe, para ser inteligível;

### 2- O problema da possibilidade do conhecimento:

será que o sujeito pode apreender realmente o objeto?

**O Dogmatismo** - é a doutrina que **admite a possibilidade do conhecimento certo**.

O **dogmatismo** corresponde, portanto, à atitude de todo aquele que **crê que o homem tem meios para atingir a verdade**, assim como para ter a certeza de que a alcançou. O dogmatismo tem por supostas a possibilidade e a realidade do contacto entre o sujeito e o objeto. É para ele evidente que o sujeito apreenda o objeto. O contacto entre o sujeito e o objeto não pode parecer problemático a quem não veja que o conhecimento representa uma relação. E isto é o que acontece com o dogmático. Crê, pelo contrário, que os objetos do conhecimento nos são dados absolutamente e não meramente por obra da função intermediária do conhecimento.

**O Ceticismo** - é uma atitude pessimista que o homem tem face à possibilidade de poder alcançar um conhecimento verdadeiro; é a doutrina segundo a qual **o espírito humano não pode atingir qualquer verdade com certeza absoluta**. O ceticismo, na sua forma **radical**, **nega totalmente a capacidade do sujeito para conhecer algo verdadeiramente**, o que acaba por ser uma **posição insustentável e contraditória**, pois ao afirmar a impossibilidade de alcançar um conhecimento verdadeiro, está já a supor uma verdade - a verdade de que **não há nada de verdadeiro**.

### 3. O problema da natureza do conhecimento:

Em todo o ato de conhecimento, como vimos, podemos considerar três elementos: o sujeito que conhece, o objeto conhecido e a relação entre o sujeito e o objeto. Para conhecer, **o sujeito tem como que sair de si mesmo para ir ao encontro do objeto e**

apreender as suas propriedades, de modo a representá-lo no espírito. O conhecimento apresenta-se, assim, como uma representação na consciência.

perguntar pela natureza do conhecimento consiste precisamente em indagar qual dos dois pólos, sujeito ou objeto do conhecimento, é determinante?

**O Realismo:**

- **Realismo ingénuo** – As coisas são, segundo eles exatamente tais como as percebemos. O conhecimento atinge a realidade objetiva.
- **Realismo Crítico** – Admite que o conhecimento atinge o real, conhecer é conhecer uma realidade objetiva. Mas afirma que as coisas não têm todas as propriedades que nelas percebemos. O realismo crítico apercebe-se que existe uma diferença entre percepção e objeto percebido.

**O Idealismo** – A nossa consciência tem apenas ideias ou representações e nós só conhecemos essas representações. Tudo o que está para além do que existe na nossa consciência não é passível de ser conhecido. O conhecimento resulta da relação entre sujeito e a representação que este faz dele. Nesta perspetiva o sujeito não tem acesso direto à realidade, sendo por isso o objeto em si mesmo incognoscível.

Realismo ingénuo, realismo crítico, idealismo – existe uma realidade objetiva e independente do sujeito.

Realismo ingénuo e realismo crítico – pode conhecer-se a realidade objetiva. A realidade é o modelo e o conhecimento é a cópia.

Idealismo – no conhecimento é o sujeito que determina o objeto.

Realismo ingénuo – existe identidade entre a percepção e o objeto percebido.

- **A – O problema do conhecimento em Descartes**

Para Descartes, os problemas do conhecimento ocupam um lugar central na sua filosofia, na qual vai procurar rebater o ceticismo. A crença de que é possível conhecer e encontrar uma verdade inquestionável é um princípio base da sua reflexão. A crença para ser considerada conhecimento, tem de ser absolutamente certa, tem de resistir a qualquer dúvida, visto que Descartes suportou-se no modelo matemático para apresentar o seu modelo de conhecimento.

Descartes liga então, a verdade à certeza, e considera que para se estar certo de algo, esse algo tem de se impor ao espírito com caráter de evidência; esta será a marca da verdade e o meio de justificação da crença.

**A dúvida metódica cartesiana**

A influência do ceticismo, que admitia não ser possível conhecer a realidade na sua essência, vinha a colocar em causa a validade de todos os conhecimentos até então adquiridos. Por isso, tornou-se necessário determinar se era possível encontrar um sistema de filosofia capaz de garantir o conhecimento.

Com o objetivo de encontrar princípios indubitáveis que servissem de fundamento ao conhecimento, Descartes decidiu por em dúvida tudo o que até então tinha dado como certo, para ver se algo lhe resistia. Assim, a dúvida cartesiana incide sobre os seguintes pontos:

- Os dados dos sentidos – porque nos enganam com demasiada frequência, logo não são confiáveis,
- A impossibilidade de distinguir o sonho de vigília – por vezes apresentam-se com tal nitidez e autenticidade que os tomamos pela realidade,
- O próprio raciocínio – visto que cometemos inúmeros erros sem nos apercebemos (paralogismos).

Porém, mesmo levando a dúvida a tais extremos, verificou havia algo que lhe resistia, podia estar enganado e iludido acerca de tudo, mas não poderia duvidar da sua própria existência, do seu próprio pensamento. Daqui surgiu o primeiro princípio da sua filosofia, *cogito ergo sum* (penso, logo existo).

“Mas logo em seguida, notei que, enquanto assim queria pensar que tudo era falso, eu, que assim o pensava, necessariamente era alguma coisa [...] julguei que a podia aceitar, sem escrúpulo, para primeiro princípio da filosofia que procurava.” – René Descartes, Discurso do método.

Descartes percebeu que o que tornava este princípio indubitável, é a clareza e distinção com que se impõe ao espírito, pelo que, a partir daí, a evidência será o critério para aceitar algo como verdadeiro. A dúvida não se apresenta então como um critério cético e espontâneo mas antes como um método, capaz de garantir validade ao conhecimento, sujeito a regras rigorosas de modo a aceitar como verdadeiras apenas as coisas que apareçam ao espírito tão clara e distintamente que nenhuma dúvida lhes possa resistir.

Descartes admitiu ainda a existência de um génio maligno que o poderia enganar mesmo quando pensasse clara e distintamente, surge então a seguinte questão: **que garantias temos nós de que as ideias claras e distintas que obtemos pelo nosso pensamento são realmente verdadeiras?** Em resposta a esta pergunta, Descartes reconhece a necessidade da existência de um Ser Superior, dotado de todas as perfeições, que pudesse garantir a veracidade dos conhecimentos obtidos, sempre que tivessem marcas da evidência e do rigor dedutivo.

**Mas como pode Deus garantir o conhecimento verdadeiro? E como provar a Sua existência?**

**Deus enquanto garante da verdade**

Descartes encontra a ideia de um ser absolutamente perfeito, ideia essa que considera inata *a priori*, não tendo origem na experiência pois esta não lhe mostra nada de absolutamente perfeito. Explica que a ideia que cada um tem de perfeição, jamais poderia ser criada por um ser imperfeito, pois este não tem capacidade para criar coisas perfeitas.

A existência do mundo material e a possibilidade de o conhecer, são aceites, desde que sejam acauteladas as exigências metodológicas autoimpostas:

- Partir de princípios evidentes – ideias claras e distintas, apreendidas por intuição intelectual.
- Raciocinar dedutivamente.

Descartes distingue três tipos de ideias:

- Ideias inatas – são as ideias claras e distintas, sementes de verdade implantadas por Deus em nós.
- Ideias adventícias – são ideias que provêm da experiência e dos sentidos, ideias sobre as coisas exteriores.
- Ideias factícias – são ideias que provêm da nossa própria imaginação.

A filosofia cartesiana é objeto de uma crítica de fundo que denuncia a circularidade do seu pensamento:

- Duvida da razão, mas utiliza a razão para provar que Deus existe.
- Atribui as ideias inatas a Deus do qual também tem uma ideia inata.

#### ○ B – o problema do conhecimento em David Hume

David Hume considera que a razão por si só não tem capacidade para conhecer, o conhecimento tem os seus valores e limites.

#### A origem das ideias

Para David Hume, todas as ideias têm origem na experiência sensorial, não admitindo a existência de conhecimento por parte do sujeito antes de qualquer experiência.

O ser humano à partida, não possui qualquer tipo de conhecimento, é como uma página em branco desprovida de qualquer conteúdo, que só a experiência tem capacidade para a preencher.

Os elementos básicos com os quais a mente trabalha são as percepções, obtidas através dos órgãos dos sentidos. As percepções por sua vez dividem-se em dois:

- Impressões – são vividas e fortes
- Ideias – fracas e ténues

“A diferença entre ambos consiste no grau de força e de vivacidade com que incidem na mente e abrem caminho no nosso pensamento e na nossa consciência” – David Hume, *Tratado da Natureza Humana*

Podemos então retirar as seguintes conclusões:

- Todas as nossas percepções se dividem em impressões e ideias.
- As impressões são os dados imediatos da experiência (sensações).
- As ideias são representações mentais das impressões.
- As ideias dependem das impressões, pois são as impressões que vão dar origem às ideias.

As ideias são como que cópias das impressões, se não conseguirmos estabelecer relação entre uma ideia e a correspondente impressão, então pode concluir-se que essa «ideia» é um termo sem significado. Esta é uma das maneiras de eliminar ideias falsas.

David Hume recusa decididamente o estatuto de ideia inata que Descartes atribuía a Deus, considerando que na sua origem se encontram ideias simples que resultam da reflexão sobre a nossa experiência interior.

#### A associação de ideias

As ideias nunca surgem isoladas, estão sempre interligadas, e os princípios que presidem a essas interligações são três:

- A semelhança – quando compro pão, pergunto-me se não precisarei também de leite.
- A continuidade no tempo e no espaço – procuro um livro na estante do escritório.
- Causalidade – ponho a água ao lume com a convicção de que vai ferver.

Ex: quando dizemos que a neve é fria é porque as impressões provocadas respetivamente pela neve e pelo frio se encontram sempre associadas.

Os nossos conhecimentos surgem então, dessa interligação de ideias. As crenças são fruto de processos associativos, consolidados e fortalecidos pelo hábito, não tendo fundamento e natureza racional. David Hume distingue crenças (conhecimentos) das ficções da imaginação pelo facto de que as crenças resultam de uma associação constante entre impressões e ideias.

Conhecimento (segundo Hume) – é uma crença que formamos e que é justificada pelo facto de as nossas experiências a consolidarem e confirmarem.

#### Tipos de conhecimento (no caderno/livro)

Para Hume existem dois tipos de conhecimento:

- **Relação de ideias** – Para Hume, o conhecimento de relação de ideias consiste em estabelecer relações entre as ideias que fazem parte de uma afirmação ou de um pensamento. As ideias, resultam da própria definição dos termos que as constituem, são intuitiva ou demonstrativamente certas, pois entrariamos em contradição se afirmássemos o contrário daquilo que se supõe e basta o exercício do pensamento para as encontrar, não necessitando de recorrer à experiência do mundo. São conhecimentos dotados de evidência e certeza e não nos fornece novas informações. Este tipo de conhecimento está principalmente ligado à lógica e à matemática. Trata-se de um conhecimento que relaciona conceitos ou ideias e que se baseia no princípio de não contradição. Ex: 15 é igual a metade de 30.
- **Questões de facto** – Este conhecimento relativo aos factos baseia-se na experiência sensível e é-nos proporcionado pelas nossas impressões. Neste tipo de conhecimento, as proposições que se formulam não são demonstráveis nem dotadas de necessidade lógica. O conhecimento de factos não se baseia no princípio de não contradição, já que é possível afirmar o contrário de um facto. A verdade ou falsidade de um conhecimento de factos só pode ser determinada através do confronto com a experiência, isto é, *a posteriori*. Ex: a neve é fria.

### O problema da causalidade e o raciocínio indutivo

No conhecimento de questões de facto – questões acerca do que existe e do que ocorre na natureza, a relação de causa e efeito ocupa um papel fundamental porque procuramos relacionar os fenómenos, e **quando determinados fenómenos se verificam, aguardamos que outros também se verifiquem, de certas causas esperamos certos efeitos**, tese defendida pelo **princípio da causalidade**.

Hume diz-nos que todas as ideias derivam de impressões sensíveis. Assim, do que não há impressão sensível não há conhecimento.

Deste modo, não podemos dizer que tenhamos conhecimento *a priori* da causa de um acontecimento, ou de um facto.

Embora tendo consciência da importância que o princípio de causalidade teve na história da humanidade, Hume vai submetê-la a uma crítica rigorosa.

Segundo David Hume, **o nosso conhecimento dos factos restringe-se às impressões atuais e às recordações de impressões passadas**. Assim, **se não dispomos de impressões relativas ao que acontecerá no futuro, também não possuímos o conhecimento dos factos futuros**. Não podemos dizer o que acontece no futuro porque um facto futuro ainda não aconteceu.

Contudo, há muitos factos que esperamos que se verifiquem no futuro. Por exemplo, esperamos que um papel se queime se o atirmos ao fogo. Esta certeza que julgamos ter (que o papel se queima), tem por base a noção de causa (nós realizamos uma inferência causal), ou seja, atribuímos ao fogo a causa de o papel se queimar.

Sucede que, segundo Hume, não dispomos de qualquer impressão da ideia de causalidade necessária entre os fenómenos. Hume afirma que só a partir da experiência é que se pode conhecer a relação entre a causa e o efeito. Para o autor escocês, não se pode ultrapassar o que a experiência nos permite.

A experiência é, pois, a única fonte de validade dos conhecimentos de factos. Quer dizer que **só podemos ter um conhecimento *a posteriori***. A única coisa que sabemos é que **entre dois fenómenos se verificou, no passado, uma sucessão constante**, ou seja, que a seguir a um determinado facto ocorreu sempre um mesmo facto.

### A possibilidade de conhecer – o **ceticismo moderado** de Hume

Hume **não rejeita a hipótese de conhecermos a realidade, apenas lhe assinala limites**. Neste aspeto, o seu ceticismo é mitigado, reconhece a **imperfeição e os limites do entendimento humano, que não pode ir além da experiência** e para o qual há domínios que se encontram vedados. **As crenças cognitivas para Hume não têm um fundamento racional mas sim um fundamento no hábito e no costume**.

Para D. Hume, **é o hábito que nos leva a inferir uma relação de causa e efeito entre dois fenómenos**. Se no passado ocorreu sempre um determinado facto a seguir a outro, então nós esperamos que no presente e no futuro também ocorra assim. O hábito e o costume permitem-nos partir de experiências passadas e presentes em direção ao futuro. Por isso, **o nosso conhecimento de factos futuros não é um conhecimento rigoroso, é apenas uma convicção que se baseia num princípio psicológico: o hábito**.